

1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/RJ**Estudo Técnico Preliminar 9/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 65317.001109/2026-93

2. Descrição da necessidade

2.1. O 1º Batalhão de Engenharia de Combate é uma Organização Militar do Exército Brasileiro que tem papel essencial nas atividades do Comando Militar do Leste, sendo a única OM de Engenharia no valor Batalhão no Estado do Rio de Janeiro.

2.2. O Exército Brasileiro, no cumprimento de sua missão constitucional e por força do Art. 16 do Inc. II, do Art. 17-A, da Lei Complementar nº97, de 1999, coopera com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e, para isso, faz-se necessário estar em permanente preparo.

2.3. O (DEC), órgão de Direção Departamento de Engenharia e Construção Setorial do Exército Brasileiro, têm como missão assegurar o regular e efetivo emprego do Sistema de Engenharia do Exército, em benefício do Exército Brasileiro, realizando as gestões de Projetos obras, Patrimônio, Imobiliário, Meio Ambiente, Materiais de Engenharia e Operações de Engenharia. Ao longo de toda a sua história, o DEC tem alavancado resultados inequívocos e vantajosos à infraestrutura logística em todas as Regiões do Brasil, com a realização de obras e apoios a defesa civil consideradas marcos no desenvolvimento socioeconômico do País.

2.4. O **1º Batalhão de Engenharia de Combate** é uma Organização Militar do Exército Brasileiro que possui, em seu Quadro de Distribuição de Material (QDM), equipamentos e viaturas integrantes do kit LSB (Logistic Support Bridge), além de diversos meios e equipamentos de engenharia. Os ativos mencionados demandam a utilização contínua de combustíveis para assegurar sua plena operacionalidade. Nesse contexto, torna-se necessária a contratação para aquisição de combustíveis, com vistas a garantir o adequado preparo e emprego da tropa em futuras operações de combate, atividades de adestramento, capacitação, apoio à Defesa Civil e nas missões atribuídas ao Pelotão de Obras Horizontais.

2.5. Esta Organização Militar recebe recursos do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do Comando Logístico (COLOG) e do Comando de Operações Terrestres (COTER) para as demandas inerentes ao emprego da tropa.

2.6. As Organizações Militares de Engenharia executam diversas atividades de interesse nacional, em cooperação com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento e a segurança nacional de forma permanente, por meio da execução de obras e serviços hidroviários, rodoviários, ferroviários, portuários, além de trabalhos em prol do meio ambiente, bem como, a aeroportuários, participação em ações de Defesa Civil.

2.7. A realização deste Processo Licitatório, por este Órgão Gerenciador, contempla o planejamento inicial do quantitativo possível de aquisição de combustíveis para Operações Militares, geração de energia elétrica (Gerador), apoio e suporte a defesa civil no combate a calamidades, apoio a missões de paz e missões, atividades de engenharia (obras de Cooperação) Garantia da Lei e da Ordem (GLO), operações de atividades administrativas, apoio logístico a comunidades indígenas, dentre outras, tendo como escopo a flexibilidade da necessidade para suprir tanto as demandas da 1ª RM como apoiar suas OMDs e outras Organizações Militares do Exército onde se engloba o 1º Batalhão de Engenharia de Combate.

2.8. Portanto, a Organização Militar necessita adquirir, como combustível, o Óleo Diesel S10 e Gasolina Tipo C, por ter sob sua jurisdição uma ampla frota de equipamentos e viaturas que estão em sua maioria empregados na execução das atividades supracitadas , o que exige uma constante preocupação com abastecimento e uma criteriosa gestão deste insumo. Para tanto, é fundamental reforçar que a OM deste processo licitatório recebe regularmente recursos em grande escala, demandando a correta observância aos preceitos legais que regem as compras do Governo Federal.

2.9. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços tendo por base o inciso I do artigo 3º do Decreto 11.462 /23 (quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Companhia de Apoio e Engenharia	DAVI SANTOS VIANA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O Licitante deverá ser credenciado regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no Art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 4.2. Os insumos deverão ser adquiridos de forma parcelada, em acordo com a necessidade da Contratante (NE).
- 4.3. Os volumes referentes a de requisição mínima 5.000 (cinco mil) litros, , serão sempre múltiplos atendendo aos requisitos de segurança estabelecidos pelas refinarias os quais orientam a não interrupção do processo de carregamento dos caminhões-tanque.
- 4.4. Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão; como descrito a seguir:
- 4.5. Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 807, de 23 de janeiro de 2020.
- 4.6. Para o fornecimento do Óleo Diesel S10 constante deste Termo de Referência, deve-se, obedecer aos critérios da Resolução ANP Nº 968, de 30/04/2024 e suas alterações.
- 4.7. No momento do fornecimento, os combustíveis serão submetidos ao controle de qualidade da Unidade, mediante equipamento de teste aprovado pela ANP ou outro órgão regulador. Os combustíveis que não se enquadrarem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável e do fabricante, serão rejeitados, arcando a Contratada com o ônus do fato.
- 4.8. Os materiais necessários para realização dos testes previstos no item anterior são de total responsabilidade da empresa Contratada.
- 4.9. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.
- 4.10. No caso de Exercício da Atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos estarão habilitadas a fornecer os produtos descritos no Termo de Referência as empresas que apresentarem junto a Documentação de Habilitação, a autorização outorgada pela ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para essas finalidades, nos termos da Resolução ANP n. 950, de 05/10/2023.
- 4.11. A empresa como condição de habilitação, deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o exercício de atividades de distribuição e/ou

revenda pertinente ao fornecimento dos combustíveis automotivos (Resolução ANP nº 42/2011, nº 41 /2013 e nº 784 /2019).

4.12. Obedecer todas as legislações, normas e resoluções da ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, assim como suas atualizações e alterações, que estejam em vigor no período da licitação, contratação e fornecimento dos combustíveis licitados, promovendo sempre que ocorrer alteração ou atualizações, as adequações necessárias para o fornecimento de combustíveis sempre dentro dos parâmetros exigidos pela citada agência (ANP).

4.13. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto.

4.14. Mantenha durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.15. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no Art. 84, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.16. As empresas contratadas deverão em seus processos de produção ou aquisição, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a:

4.17. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.18. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.19. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.20. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

4.21. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento do objeto licitado.

4.22. O recebimento do objeto, não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes.

4.23. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938 /81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foi realizado levantamento de mercado, a fim de prospectar e analisar as possíveis soluções existentes.

5.2. Foram analisadas aquisições similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

5.3. Neste sentido, verificou-se que diversos Órgãos da Administração Pública Federal realizaram licitação para aquisição de combustíveis baseados no desconto ofertado sobre a média da tabela ANP, tais como:

Pregão Eletrônico nº 90002/2025 (UG 160252).

Pregão Eletrônico nº 006/2023 - (UG 160176).

Pregão Eletrônico nº 031/2022 - (UG160157).

Pregão Eletrônico nº 007/2022 - (UG 160171).

5.4. Nas aquisições em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face das aquisições serem considerados bens comuns.

5.5. Após o levantamento de mercado, não se verificou que a quantidade de fornecedores seria restrita para atender a presente contratação de fornecimento de combustível. Além disso, não foram percebidas restrições que inviabilizem a competitividade, uma vez que todas as descrições, critérios de aceitação das propostas e de entrega do material são compatíveis com a realidade do mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. As eventuais aquisições decorrentes deste estudo deverão estar em consonância com os interesses da Administração e, por consequência, com o interesse público.

6.2. Nesse sentido, as aquisições deverão proporcionar à Contratante a manutenção das atividades administrativas, operacionais e logísticas, bem como a continuidade dos serviços e obras executados na área de responsabilidade do Comando Militar do Leste, especialmente das atividades de engenharia desenvolvidas pelo 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1º BE Cmb), contribuindo para a eficiência dos recursos empregados e para a eficácia dos resultados institucionais.

6.3. Considerando a natureza do objeto, caracterizada por demandas frequentes e quantitativos estimados, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, possibilitando contratações futuras de acordo com a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados.

6.4. A futura Ata de Registro de Preços poderá ter seus quantitativos renovados, observados os requisitos legais e regulamentares vigentes, bem como a demonstração da vantajosidade para a Administração à época da eventual prorrogação.

6.5. Em razão das características da contratação e da execução por demanda, as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser formalizadas por meio de Nota de Empenho, instrumento considerado hábil para substituição do termo de contrato, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, quando atendidos os requisitos legais.

6.6. Não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de combustíveis, caracterizando-se como contratação de baixa complexidade operacional e reduzido risco de inadimplemento capaz de justificar a imposição da referida garantia.

6.7. Quanto à participação no certame, poderão participar os interessados que atendam às condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável, permanecendo vedada a participação daqueles enquadrados nas hipóteses de impedimento previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Esta equipe de planejamento realizou estudo preliminar, a fim de qualificar e quantificar as necessidades de aquisições de combustível do 1º Batalhão de Engenharia de Combate;

7.2. Ainda para o planejamento das aquisições e contratações também foi considerado um aspecto que ressalta uma peculiaridade do Exército Brasileiro: a necessidade de se manter em permanente estado de prontidão, caracterizando

sua imprevisibilidade de emprego, observando-se, assim, a necessidade de se manter Atas de Registro de Preços (ARP) vigentes.

7.3. Além do levantamento das quantidades adquiridas em anos anteriores, observa-se, ainda, que o Pregão SRP tem validade de 1 (um) ano, não sendo possível, tendo em vista as peculiaridades que uma Organização Militar possui, utilizar apenas dados de uma “série histórica” de consumo para realizar levantamento de quantitativos a serem licitados. Sendo assim o quantitativo informado prevê eventuais incidentes naturais ou Operações Militares que venham a ocorrer.

7.4. A realização deste Processo Licitatório, por este Órgão Gerenciador, contempla o planejamento inicial do quantitativo possível de contratação pelo Órgão de Direção Setorial, no âmbito do Sistema de Engenharia do Exército, tendo como escopo a flexibilidade na aquisição de combustível para suprir as demandas do 1º BE Cmb. Portanto, o sucesso deste processo licitatório assegura, com oportunidade, ganho de eficiência, viabilidade e economicidade para a administração pública federal, conforme o estabelecido na forma da lei.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.109.960,00

8.1. A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa nº 65 - SEGES/ME, de 7 de julho de 2021. No entanto, foram realizadas pesquisas de mercado no portal de Compras do Governo, e também foi utilizada a planilha disponibilizada semanalmente no site da ANP com os preços praticados no município estabelecido em cada item licitado, tal planilha foi utilizada de parâmetro para apreciação de valores, tendo em vista sua volatilidade semanal.

8.2. Para efeito de cotação, será levado em conta o MAIOR DESCONTO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Planilha resultante do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC) da ANP.

- 8.2.1. O valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), que foi estipulado mediante contratações anteriores após estudo e análise das mesmo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A lei geral de licitações elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

9.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

9.3. No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser contratados de forma independente, não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos, o que, sem dúvida, restringiria a participação de empresas mais modestas, mas que podem cumprir as respectivas obrigações, desde que haja o devido fracionamento do objeto, em quantas parcelas forem possíveis, conforme se propõe.

9.4. Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos insumos que serão contratados, esta equipe optou pelo parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a presente aquisição não é necessária uma contratação correlata ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação pretendida está alinhada ao Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PCG- da Instituição, bem como no PCA da OM.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. A aquisição de combustíveis visa atender à demanda periódica dos aquartelamentos, assegurando o suprimento necessário para o apoio às obras em andamento e futuras, bem como para o pronto emprego em situações de catástrofes ambientais.
2. Os principais benefícios desta aquisição, baseada no desconto ofertado sobre Planilha resultante do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC) da ANP, seria:
3. A economicidade já atestada pela Equipe de Planejamento no referido processo, sendo, portanto, com o pregão teremos mais competitividade e consequentemente um menor valor, ou seja, racionalizaremos seus recursos disponíveis adequando-se a melhor solução de custo-benefício disponível no mercado.
4. Permanecer com o abastecimento de combustível ininterrupto e diuturno nas diversas atividades;
5. Atender as necessidades Administrativas e Operacionais do 1º BE Cmb.

13. Providências a serem Adotadas

1. Não haverá necessidade de serem adotadas medidas diferentes da rotina habitual da Organização, pois se trata de contratação de aquisições comuns, que já foram realizados em outras ocasiões. O pessoal envolvido na contratação já possui conhecimento na rotina exigida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. Quanto aos impactos ambientais, o fornecimento do objeto deste instrumento pode causar danos decorrentes de vazamentos ou derramamentos no solo, além de possível contaminação de cursos d'água, igarapés e outros mananciais, afetando a fauna, a flora e a cadeia alimentar das espécies locais.
2. Para mitigar esses impactos, será exigido o cumprimento do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAVI SANTOS VIANA

chefe equipe de planejamento

Rio de Janeiro - RJ, 15 Junho 2026